OS GUARANI E A ERVA MATE

Eva Maria Luiz Ferreira*
Antonio Brand**

RESUMO: As populações indígenas kaiowá e guarani passam, atualmente, por inúmeros problemas, resultantes de um processo histórico de perda territorial para as frentes de colonização e consequente confinamento geográfico e sócio-cultural. Sua história vem marcada por processos de negociação, troca e, por vezes de confronto com as diversas frentes de expansão econômica que adentraram no território indígena desde o período pós-guerra do Paraguai. A primeira dessas frentes e que deixou marcas profundas na vida dessa população indígena foi a que se voltou para a exploração da erva-mate nativa, através da Companhia Mate Larangeira.

PALAVRAS-CHAVE: Kaiowá e Guarani; atividade ervateira; Companhia Matte Laranjeira.

ABSTRACT: The Kaiowa and Guarani indigenous populations, at the moment, due to various problems resulting from a historical process of territorial loss due to colonization advance and consequent geographical and sociocultural confinement. Their history is marked by negotiation processes, exchanges and sometimes confrontation with the diverse fronts of economic expansion which have advanced into indigenous territory since the post-war period of the Paraguayan war. The first of these fronts and that which left profound marks on the life of this indigenous population was that which involved the exploitation of the native Paraguayan tea (erva mate) through the Mate Larangeira Company.

KEYWORDS: Kaiowa and Guarani; tea activity; Mate Larangeira Company.

* Mestre em História Regional, UFGD – Pesquisadora do Programa Kaiowá/Guarani – NEPPI/UCDB - Universidade Católica Dom Bosco.

** Doutor em História; docente nos Programas de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Local, da Universidade Católica Dom Bosco, Coordenador do Programa Kaiowá/Guarani/UCDB, brand@ucdb.br.

A COMPANHIA MATTE LARANGEIRA – 1ª FRENTE DE EXPANSÃO ECONÔMICA EM TERRITÓRIO GUARANI

Após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) uma comissão de limites percorreu a região ocupada pelos Kaiowá e Guarani, entre o rio Apa, atual Mato Grosso do Sul e o Salto de Sete Quedas, em Guaíra, Paraná. Os trabalhos de demarcação da fronteira entre Brasil e Paraguai foram encerrados em 1874. Essa comissão era chefiada pelo Coronel Enéas Galvão, Barão de Maracaju, e seu comandante militar, incumbido de evitar qualquer agressão indígena, era o capitão Antônio Maria Coelho. Também fazia parte da comissão de limites, Thomaz Larangeira, empresário responsável pelos fornecimentos de alimentação à expedição. Enquanto a comissão devassava os sertões, Thomaz examinava a região com olhar empreendedor, a fim de conhecer as possibilidades econômicas de sua exploração. Segundo Guillen (1991, p. 19),

> [...] também tinham participado da Comissão os irmãos Raul e Francisco Mendes Gonçalves, auxiliando a Thomaz Laranjeira. Francisco se estabeleceu em Buenos Aires, onde fundou a sociedade Francisco Mendes & Cia, destinada a moer e comercializar erva-mate no mercado platino. Formava-se uma sociedade promissora entre Thomaz Laranjeira e Francisco Mendes, na qual o primeiro fornecia a matéria prima e o segundo se encarregava de colocá-la no mercado após passar por um processo de beneficiamento em seus moinhos instalados em Buenos Aires.

Nesse mesmo ano, Thomaz Larangeira fundou uma fazenda de gado no Mato Grosso e logo depois, em 1877, iniciou o trabalho de exploração da erva, no Paraguai, enquanto aguardava uma concessão do Governo Brasileiro para instalar-se no Brasil (CORREA FILHO, 1925). Assim que o Barão Enéas Galvão foi nomeado presidente de Província, Laranjeira recorreu a sua proteção e, através do Decreto Imperial, de n. 8799, de 9 de dezembro de 1882, tornou-se o primeiro concessionário legal para a exploração da erva-mate nativa, por um período inicial de 10 anos. Essas informações podem ser confirmadas no relatório citado por Jesus:

> É concedida a Thomaz Laranjeira permissão por 10 anos para colher mate nos ervais existentes nos limites da Província de Mato Grosso com a Republica do Paraguay, no perímetro comprehendido pelos morros do Rincão e as cabeceiras do Igatemy, ou entre os rios Amambay e Verde, e pela linha que desses pontos for levada para o interior, na extensão de 40 kilometros

> (Decreto n° 8799 de 9 de dezembro de 1882). [legislação sobre o mate de 1833 a 1935, p. 13] Instituto Nacional do Mate – INM. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. (JESUS, 2004, p. 30).

Mas o referido decreto reconheceu o direito de exploração da erva por parte dos moradores locais que viviam dessa atividade na área da concessão. Para Correia Filho (1925, p.17), "assim que se acentuou a expansão colonizadora pela faixa de fronteiriça, vários dos novos povoadores dedicaram-se a colheita da herva-matte, sem cogitarem de legalizar a sua indústria, desenvolvida em terrenos devolutos".

Guillen (1991) analisa as mudanças ocorridas nas cláusulas contratuais no decorrer dos arrendamentos, em relação aos direitos dos que já elaboravam erva na região: o Decreto de 1882, cláusula VI, manifesta que "o concessionário não poderá direta ou indiretamente impedir a colheita de erva-mate aos moradores do território [...] que viverem de semelhante indústria e dela tirarem os indispensáveis meios de subsistência". Na Cláusula IV a concessão obrigava a zelar pela conservação dos ervais "não permitindo que estranhos ali se estabeleçam sem autorização legal [...]".

Após a revolução de 1892, ao depor Antônio Maria Coelho, assume o poder a família Murtinho, que busca direcionar a exploração da erva-mate em seu benefício. Diante disso, o concessionário é pressionado a vender seus direitos de arrendamento (GUILLEN, 1991, p. 21). Vale ressaltar que, nesse mesmo ano, é feita a primeira investida no "negócio da erva" pelos Murtinho, por meio do Banco Rio e Mato Grosso, através de uma concessão para extrair erva mate nos terrenos devolutos ao sul do Rio Iguatemi, região praticamente inacessível naquela época. Nesse período, a exploração da erva-mate, na análise de Arruda (1997, p. 33), consolida-se como a principal atividade econômica na região: "Desde o início da década de 1890, a exploração da erva-mate tornara-se a mais lucrativa empresa econômica no Estado".

Larangeira, aproveitando-se de suas boas relações com os ocupantes do poder público, conseguiu do Estado o reconhecimento legal da exploração de erva-mate naquela região (ARRUDA, 1997). Essas relações facilitaram o monopólio da extração da erva, de maneira a impedir que outros, também, fizessem esse trabalho. A área de concessão é constantemente ampliada, sempre através do apoio de políticos influentes, como os Murtinho e Antônio Maria Coelho. Com o advento da República, as terras legalmente consideradas devolutas passam para a responsabilidade dos Estados, o

que favorece os interesses da Empresa, pelo seu grau de proximidade com os governantes locais. Como bem descreve Arruda,

> [...] desta forma, **através do Decreto nº 520, de 23/06/1890**, a Companhia amplia os limites de suas posses e **consegue o monopólio na exploração da erva-mate** em toda a região abrangida pelo arrendamento. Finalmente, através da **Resolução nº 103, de 15/07/1895, ela obtém a maior área arrendada**, tendo ultrapassado os **5.000.000 ha**, tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular. (ARRUDA, 1986, p.218).

Por meio dessa resolução, os limites das posses da Companhia estendem-se "[...] desde as cabeceiras do ribeirão das Onças, na Serra de Amambay, pelo ribeirão S. João e rios Dourados, Brilhante e Sta Maria até a Serra de Amambay e pela crista desta serra até as referidas cabeceiras do ribeirão das Onças" (ARRUDA, 1986, p. 218). A área total do arrendamento é constituída pela união das áreas das duas concessões feitas à mesma Companhia Matte Larangeira, "[...] como cessionário, a primeira pelo Governo Provisório, por decreto n° 520, de 23/06/1890 e a segunda pelo Governo deste Estado, no contrato celebrado em 14/03/1893" (ARRUDA, 1986, p. 218).

O domínio da Companhia Matte Larangeira encontra oposição a partir de 1912, quando tratava de renovar os arrendamentos. Mesmo assim, atinge seu auge em 1920, logrando renovar o arrendamento sobre um total de 1.440.000 hectares, através da Lei n° 725, de 24 de setembro de 1915. Porém, a mesma lei liberou a venda de até dois lotes de 3.600 ha a terceiros, atingindo o monopólio da mesma Companhia (BRAND, 1997). Em 1916, devido a esse decreto, quebrou-se o monopólio da Companhia Matte Larangeira, embora seu domínio tenha permanecido até 1943, ano em que o Presidente da República, Getúlio Vargas, criou o Território de Ponta Porã e anulou os direitos da Companhia (BRAND, 1997, p. 87).

As concessões feitas à Companhia Matte Larangeira atingiram de maneira incisiva o território dos Kaiowá e Guarani, e sua atuação tem sido largamente comentada por diversos indígenas. Ubaldo Castelan, da Reserva *Sassoró*, localizada no município de Tacuru, referindo-se à região antes de 1928, afirma: "aqui tudo é só empresa mesmo, trabalha ervateiro" (BRAND, 1997, p. 63).

A PRESENÇA DA SOCIEDADE NACIONAL NESSA REGIÃO - A CHEGADA DOS GAÚCHOS

Simultaneamente ao repovoamento da região de Mato Grosso, após a guerra do Paraguai, o Estado do Rio Grande do Sul foi teatro de lutas políticas sangrentas. Isso ocorreu, principalmente, a partir de 1891, e perdurou até 1895, quando se extinguiu a Revolução Federalista. Os vencidos, em grande parte, haviam se refugiado nas repúblicas vizinhas (Uruguai, Argentina e Paraguai); muitos, temerosos de represálias ou cansados das lutas em que se empenharam, decidiram emigrar para o Mato Grosso. Rodrigues (1985) destaca que historiadores rio-grandenses calculam em 10.000 mil o número de gaúchos vindos, no final do século XIX e início do século XX, para a região percebida como Nova Querência.

Chegaram a Mato Grosso com parcos recursos para começar a vida na nova fronteira. Iniciaram, então, uma luta pela posse da terra, enfrentando índios, paraguaios e as pretensões da Companhia Matte Larangeira (CORRÊA, 1999, p.42). O mesmo autor enfatiza o impacto da notícia de que no sul do então Mato Grosso existiam campos devolutos, aptos à criação de gado, e imensas matas virgens, nas quais se encontrava a erva-mate nativa, além da ausência de moradores e proprietários. Tais imigrantes dedicaram-se à agricultura de subsistência e à pecuária bovina, sendo que, no extremo sul, não se furtaram ao cultivo de erva-mate, destinada tanto ao consumo próprio quanto ao comércio (QUEIROZ, 2004, p.20).

Com relação à ocupação da região sul de Mato Grosso, Weingartner (2002, p. 73) afirma que

> [...] a Companhia Matte Larangeira, em 1907, por meio de Manoel Murtinho manifesta-se contrária à penetração dos gaúchos no Sul de Mato Grosso. Estes chegavam pelo Paraguai e se dispersavam pela fronteira de Bela Vista à Ponta Porã, ocupando terrenos devolutos, próximos às regiões ervateiras e aos poucos adentravam ao interior do Estado. A preocupação da Companhia se deve ao caso desses migrantes não buscarem apenas o corte das árvores e para depois regressarem aos seus lares, a exemplo dos paraguaios, mas eles pretendiam fixar-se na região como proprietários.

Estabeleceu-se, embora com menor intensidade, um fluxo de migrantes mineiros, para os quais a região de Sant'Ana do Parnaíba correspondeu à porta de entrada, que se dispersaram para sul de Mato Grosso. "Fixaram-se na fronteira com o Paraguai, entre Maracaju e Nioaque, nas cercanias da antiga Colônia Militar de Dourados e até mesmo em Campo

Grande" (CORRÊA, 1999, p.42-43). Diferentemente dos gaúchos, os mineiros e outros migrantes não representavam ameaça à Companhia, por serem um número menor de pessoas e por possuírem interesses "menos ambiciosos" que os gaúchos.

Corrêa destaca ainda que a difícil recuperação econômica do Estado paraguaio, esfacelado com a guerra, contribuiu para a existência de contingentes populacionais ociosos na fronteira que, sem alternativas de sobrevivência, enveredaram-se pelo banditismo ou sujeitaram-se aos rigores do trabalho ervateiro (CORRÊA, 1999). Os paraguaios enfrentavam, ainda, problemas políticos, a partir de 1887, quando foram "criados no Paraguai os partidos colorado e liberal, a radicalização e perseguição aos adversários motivaram também uma intensa mobilização de paraguaios, através da fronteira" (CORRÊA, 1999, p.41).

Por isso, o historiador Paulo Roberto Q. Cimó[1] destaca quão incorreta e enganadora era a afirmação de que os territórios sulinos seriam "terra deserta" de gente. De fato, Salsa Corrêa, numa crítica à historiografia matogrossense tradicional, observou que desbravamento e vazio "não são os termos mais apropriados para explicar" o processo aqui tratado. Processo esse que teve, na verdade, "um nítido caráter de conquista e expropriação das comunidades indígenas, há muito estabelecida na região" (CORRÊA, 1999, p. 92).

O início da década de 1970 foi marcado pela chegada da segunda leva de gaúchos no antigo sul de Mato Grosso, em busca de terras que eram de custo inferior às encontradas em seu Estado de origem. Esses migrantes introduziram o cultivo da agricultura mecanizada, principalmente da soja e de novas espécies de gramíneas nas pastagens. Essa nova forma de ocupação econômica perdura até os dias atuais. Vale recordar que, com o fim do monopólio da Companhia Matte Larangeira, outras atividades na região utilizaram mão de obra indígena. Dentre essas atividades, Brand (1997) destaca a coleta de palmito, a derrubada das matas e roçada de pastos, a abertura de fazendas e de estradas. E, finalmente, a partir da década de 1980, o plantio e colheita de cana de açúcar nas usinas de produção de açúcar e álcool.

O mesmo autor conclui que a partir da mecanização, depois da década de 1970, a presença de famílias e mesmo de aldeias indígenas, nos "fundos das fazendas", passa a representar um "incômodo" para os fazendei-

[1] Texto trabalhado em sala de aula (mimeo).

ros. Antes, enquanto contribuíam na derrubada das matas e na formação das fazendas, essa presença indígena era útil e não incomodava. É importante destacar que a mobilização de algumas comunidades indígenas, expulsas de suas terras no decorrer do processo de colonização do seu território, em torno da reivindicação da posse dessas terras - além daquelas que já haviam sido reconhecidas pelo SPI – Serviço de Proteção aos Índios –, levou também os proprietários a mobilizarem-se e tentarem expulsar essas famílias e comunidades. Os proprietários acreditavam que o lugar do indígena limitava-se às reservas já demarcadas pelo SPI (BRAND, 1997).

A ação do SPI foi determinante no processo de confinamento dos Kaiowá e Guarani, e para a correspondente liberação do território para as atividades desenvolvidas pelas diversas frentes de exploração econômica. Ao demarcar as reservas indígenas, o SPI liberou o restante da terra ocupada pelos índios, disponibilizando-a para a colonização. Vale ressaltar que nem todas as aldeias indígenas foram atingidas pela ação da Companhia Matte Larangeira ou foram atingidas da mesma forma e intensidade.

O SPI NO SUL DE MATO GROSSO E A DEMARCAÇÃO DAS RESERVAS INDÍGENAS

De acordo com Monteiro (2003, p.32), "a Inspetoria de Campo Grande (5ª IR) foi uma das primeiras a ser criada, destinava-se a atender os índios localizados no Sul de Mato Grosso e São Paulo". O SPI iniciou suas atividades junto aos Kaiowá e Guarani, na região da atual Grande Dourados, cinco anos depois, em 1915, um ano antes do fim, sob o aspecto legal do monopólio da Cia. Matte Larangeira (BRAND, 1997). Os Kaiowá estavam localizados, em sua maioria, em pequenos grupos macrofamiliares, conforme sua organização social, espalhados por seu território tradicional, ao Sul do Estado de Mato Grosso, que coincide com a zona ervateira.

Em 1915, por meio do decreto n. 404 e ofício 180, é criada a primeira reserva indígena - Posto Indígena Benjamim Constant, composto pelas etnias Kaiowá e Guarani, consideradas pelo órgão oficial, segundo consta na documentação, como integradas. Ainda segundo o mesmo órgão, esses mesmos índios ocupavam quatro outras áreas dentro da mesma região. Eram elas figuram Pirajuí, hoje localizada no município de Paranhos, Cerro Peron/Takuaperi, município de Coronel Sapucaia e Ramada, município de Tacuru. A administração dessas áreas era feita pelo encarregado do posto Benjamim Constant, e cada aldeia possuía um capitão responsável, sendo

que o total da população no posto indígena era, naquele período, de aproximadamente 548 indígenas.

Em 1917, de acordo com o Decreto n. 404, de 03/09/1917, é criado, pelo Major Nicolau Bueno Horta Barbosa, o Posto Indígena Francisco Horta Barbosa, um dos mais populosos Postos indígenas do sul do antigo Mato Grosso, localizado entre os municípios de Dourados e Itaporã. Para o referido foram levados os povos Terena, Guarani e Kaiowá, vale lembrar que a reunião de povos distintos em uma mesma região era uma prática comum do SPI. Conforme as Instruções Internas do SPILTN/1910[2], nas povoações indígenas seriam reunidas os índios das mais distintas tribos. "O SPILTN visava a modificar as formas tradicionais de organização e valorização dos espaços praticados por essas populações" (PERES, 1999, p.46). No caso das populações indígenas do sul de Mato Grosso, Pereira (2003, p.143) observa que "com o confinamento nas reservas, passam a conviver com comunidades com as quais inexistem vínculos sociais de parentesco, aliança política e solidariedade religiosa. Resultam daí sérios problemas de convivência".

Por meio do Decreto n. 684, o governo do Estado criou o Posto José Bonifácio, em 20 de novembro de 1924. Reservou para os índios Kaiowá, 3.600 hectares de terras, em atendimento a uma solicitação da Inspetoria, feita por meio do ofício n. 352, de 22/10/1927, conforme se observa no relatório a seguir:

> Fundado em abril de 1927, o posto que, pelo número de índios, sua boa disposição para o trabalho e qualidade dos ervais era certamente dos mais esperançosos de Mato Grosso. Antes da fundação, **os índios viviam brigados entre si e explorados por traficantes de erva** que no seu interesse promoviam tais desavenças. (Relatório apresentado pelo auxiliar Genésio Pimentel Barboza ao SPI – Inspetoria no Estado de Mato Grosso, 1927).

Nesse trecho do relatório se notam alterações no cotidiano da organização familiar indígena, com a presença de pessoas não-indígenas entre esses grupos. Sobre a criação dessas primeiras reservas, o servidor do SPI, Genésio P. Barboza, assim escreve:

[2] Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais que, posteriormente, assume a sigla SPI, restringindo, também, sua ação aos índios.

> E é nessa faixa de terra, riquíssima em hervaes, que vivem os índios caiuás, cujos maiores núcleos são: "Posto Francisco Horta, Aldeia do Tehy-Cuê, hoje transformada no esperançoso "Posto José Bonifácio". Aldeia do Patrimônio União, Aldeia do Serro Perón. Aldeia do Ibera-Moroty, Aldeia do Ipenhum. Aldeia do Upuitan e Aldeia de invernada Tujá (Relatório apresentado pelo auxiliar Genésio Pimentel Barboza ao SPI – Inspetoria no Estado de Mato Grosso, 1927, in MONTEIRO, 2003, p.71).

Em 1928, outras cinco reservas são reconhecidas como terras de usufruto dos Kaiowá e Guarani. Uma é a reserva de Limão Verde e as demais são os postos indígenas Takuaperi, no município de Coronel Sapucaia, Ramada ou Sassoró, no Município de Tacuru, Porto Lindo, em Japorã e Pirajuí, no Município de Paranhos (BRAND, 1997).

O Estado objetivava prestar assistência e proteção aos índios, promovendo, ao mesmo tempo, a sua passagem da categoria de índios para a de agricultores não-índios. Para isso, na visão do SPI, era fundamental a criação de reservas indígenas que permitissem liberar o restante da terra tradicionalmente ocupada pelos índios para as frentes agrícolas. Essas reservas seriam, ainda, os espaços necessários para o processo de integração dos índios, ou para o processo de sua passagem para a condição de trabalhadores rurais.

A história contemporânea dos índios Kaiowá e Guarani é profundamente marcada por conflitos e violências relacionadas à posse do seu território tradicional. O cotidiano dessas populações passou a ser marcado pela violência física e moral e pela indiferença e preconceito por parte da população regional, consequências da chegada das frentes de exploração na região e da intensa disputa em torno da posse das terras que se instala na região.

O TRABALHO INDÍGENA NAS FRENTES DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Os Kaiowá e Guarani, ao se engajarem no "trabalho da erva-mate", precisavam deslocar-se de suas aldeias ao local para o qual fossem designados. Conviviam em espaços nos quais se verificavam diferentes formas de interação e hábitos estranhos a sua cultura. Índios e paraguaios representavam um número significativo dos trabalhadores nos ervais. Mas, havia, ainda, outros segmentos de trabalhadores, embora em menor número. Não é possível precisar a quantidade de indígenas que trabalhavam nos ervais,

pela falta de registro destes nos controles administrativos da Companhia Matte Larangeira.

Alguns autores, ao discorrerem sobre a temática ervateira, apontam estimativas para o número de trabalhadores. Segundo Correa Filho (1925, p. 33), a Companhia Matte Larangeira "tem na empresa uns 2.500 a 3.000 peões quase todos paraguayos [...]". Os seus números diferem dos de Serejo (1986, p.95), que aponta para um número bem maior de trabalhadores, chegando a "[...] 18 mil trabalhadores; 10 mil pessoas 'dependentes' [...]". As estimativas divergentes sobre o número de trabalhadores podem ser explicadas pelo lugar em que escrevem e pelas fontes consultadas. Correa Filho circulou nas instâncias da política estadual e federal, no antigo sul de Mato Grosso, e Hélio Serejo baseou-se em sua experiência pessoal como ervateiro. Observa-se que os índios dificilmente entravam nessas contagens, apenas os paraguaios e outros trabalhadores. E, ainda, que esses trabalhadores viviam espalhados por ranchos, localizados nos diversos locais de colheita de erva-mate, tornando difícil qualquer levantamento mais preciso.

No relatório de 1927, o funcionário do SPI, Pimentel Barboza (MONTEIRO, 2003, p.81), ofereceu importantes informações sobre a quantidade de índios no trabalho ervateiro: "a proporção de índios caiuás empregados na elaboração da herva, sobre o operário [não-indígena], é, em média, de 75% na região de Iguatemi". Em outros estabelecimentos ervateiros visitados, o funcionário aponta que "a quantidade de índios que neles trabalham é sempre superior do trabalhador paraguayo". Se nos basearmos neste relatório, focado diretamente na presença indígena, é possível considerar como um número razoável a proporção de 50% de trabalhadores indígenas nos ervais em determinadas regiões, o que indica um número elevado de indígenas envolvidos nessa atividade.

Outro elemento presente no universo ervateiro foi o "gaúcho", que buscava terras devolutas, e não o trabalho na Companhia Matte Larangeira. Tal atitude forçou a empresa a tomar medidas inibidoras em relação a esse migrante, que questionava a maneira como acontecia o arrendamento e ameaçava o controle sobre os ervais, exercido pela Companhia. Embora o interesse direto desses gaúchos fosse o de se estabelecerem como proprietários, muitos deles acabaram trabalhando na atividade ervateira e em cargos administrativos.

A presença paraguaia é constante no registro do cotidiano dos Kaiowá e Guarani, no interior dos ervais, porque, embora houvessem diferenças culturais, ambos falavam o mesmo idioma, o guarani. O uso da língua

guarani, embora tenha sido, certamente, um fator facilitador da comunicação, figura também, em muitos casos, como causa de conflitos, em decorrência das estratégias usadas pelo trabalhador paraguaio para se impor aos indígenas, quando estes não concordavam em ceder seus ervais. A interação entre eles ocorria de maneira especial, muito embora esta proximidade não excluísse rivalidades. Para Poutignat (1998, p. 163),

> [...] nem o fato de falarem uma mesma língua, nem a contigüidade territorial, nem a semelhança dos costumes representam por si próprios atributos étnicos. Apenas se tornam isso quando utilizados como marcadores de pertença por aqueles que reivindicam uma origem comum.

O kaiowá João Aquino relembra que nem sempre o indígena deslocava-se aos ervais distantes acompanhado de sua família. Porém, quando isso acontecia improvisava uma moradia. Afirma Aquino que "às vezes, leva a família, também, faz um ranchinho né. Morava ali". Não havia uma separação das moradias e o índio junto com a sua família precisava habitar "[...] misturado com o paraguaio. Depois não quer mais, aí tira, já vai pra casa outra vez, assim que era trabalhar. Agora paraguaio não, paraguaio até às vezes morre lá[3]".

Nas bibliografias referentes à Companhia Matte Larangeira, especialmente de autores como Arruda (1997) e Guilhen (1991), fica evidente que o regresso a casa não era tão simples, e que não estava sujeito somente à vontade do trabalhador. Esse era perseguido pela empresa, que dispunha de pessoas para impedir esses regressos. A solução era a fuga, como relata João Aquino, a partir da sua vivência:

> Fugia no serviço dele, aí fugia. Às vezes encontrava, mas às vezes também já vai embora, no mato né. Porque se encontrar mandou matar mesmo. O patrão não deixava mesmo levar, só mata. **Então o índio, também, não é burro né, saiu, fugiu já vai embora. Fugia se sabe pra fugir, também, escapava**. Se não vai, porque o paraguaio sempre seguia o caminho né. Então, atrás que vem pra pegar ele né, é pelo caminho né, ele achava. É [paraguai fugia], também, ali tem muita conta, não podia mais pagar [...].[4]

Numa conversa informal, João Aquino observa que os indígenas, geralmente, não eram alcançados em suas fugas porque conheciam bem a

[3] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p.5-6.

[4] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p.11.

região e os caminhos na mata. O peão paraguaio não reconhecia o caminho se, por ventura, quisesse retornar para o seu lugar de origem. Por isso, pode-se crer que a fuga era mais fácil para o indígena do que para o trabalhador paraguaio. O amanhecer nos ervais era agressivo: desde o levantar, pela madrugada e no decorrer do dia, havia monitoramento constante, por parte do capataz, responsável pelas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, conforme pode ser verificado nas palavras de Aquino:

> Tem que levantar de madrugada, 2 horas tem que comer alguma coisa, pra ir, 2 horas. Estava escuro, o capataz já vem, acordou o pessoal, tem que acordar, o capataz já avisa: "tem que levantar, vamos comer alguma coisa" e, 4, 5 horas já clareando o dia, já vai, já vai tudo o pessoal. O capataz atrás, também, quando vai aqui faz picada grande, assim. Aqui tem *barbakua*, então daqui foi. O capataz dava aqui, pedaço por pedaço, aqui entra um pessoa, aqui outra pessoa, aqui outra pessoa, marcava tudo. Depois até acabou lá de tirar ia pra outra parte, assim que é. Mas [...] não pode dá a gente dormir bem. Assim que a gente trabalha na erva. É Companhia Matte. É muito pessoa antiga diz que morreu no erval. O paraguaio mata, tudo pessoa mata índio, porque no mato né, era. Assim tem de e depois, depois que o governo toma conta no Mato Grosso, e depois já pouco que morre índio, não trabalha mais no erval. Aqui foi, **é triste a vida do índio naquele tempo**, naquela época. É cuidava o 1º capataz, cuidava ali, mas no fundo trabalha, passava aqui. Quando não saiu meio logo, aí ele foi ver o que aconteceu, aí o pião dele tava quebrando tudo, aí ele ajudava também quebrar. **O Capataz manda assim, manda assim, se não faz bem, aí é brabo** [...].[5]

O Senhor Marcelino Recalde, morador de Sanga Puitã, município de Ponta Porã, que trabalhou na sede da empresa, em Campanário[6], confirma o relato de Aquino, ao afirmar que o capataz era uma pessoa que vigiava todos os passos dos trabalhadores:

> O ervateiro é assim. Eu tem que trabalhar, tem que levantar 3 horas da madrugada pra poder ir no meu serviço. Sabe, porque na erva você tem que chegar 4 horas no clarear o dia sabe, pra poder mexer com aquilo, pra poder tirar bastante. Porque eu tirava 50, 60 arroba. [...]. E então ele mandava o chefe dele, não, não é o chefe, o pião dele, mandava acordar a turma e dormia na tarimba e se a tarimba, se, ele chamava uma vez

[5] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p. 6-7.

[6] A Fazenda Campanário era a sede administrativa da Companhia Matte Larangeira, situada no município de Laguna Caarapã, MS.

> ou duas vezes, se não acordava ele erguia a tarimba e derrubava no chão. **E se alguém acha ruim ele já metia bala**. Isso que é o problema. [...]. Então, a turma chamava e se não acordar, ia o capataz tirar da, tinha aquela forquilha de que a gente fala né, em cima da tarimba. Tarimba é o que faz em cima. Então, a turma ia derrubar a tarimba, soltar, derrubar o pião pra poder acordar, porque o pião às vezes quer dormir. Porque eu, no meu tempo, eu sou pião novo, queria dormir de todo jeito e eu tenho que levantar 3 horas pra ir trabalhar, 3 horas tem que ir trabalhar, 3 da madrugada, cedo era, é cedo, 3 da madrugada né, e então a turma por isso que fazia muita coisa na Companhia Matte. Se **a turma acha ruim mete-lhe bala, deixa que morre, não quer nem saber**. E nós, eu com aquilo, depois que acabou aquilo, que é matação, eu comecei trabalhar com ele, se não ia morrer, também. Depois, **depois acabou, acho que a justiça tomou conta da firma né,** começaram de novo aí saiu bem.[7]

O amanhecer e a divisão do trabalho conduzido pelo capataz, conforme relatado por Aquino e Recalde, também constam no depoimento de Carlos Galhardo[8], citado por Gilmar Arruda, em "Frutos da terra, os trabalhadores da Matte Larangeira":

> Aí depois vinha o 1° capataz, tinha o 2° capataz, o que atendia ele lá no ... lá no mato. Lá eles cortando erva, tirando, pra ver se cortava bem, na hora de quebrar a erva para ver se estava em ordem, porque tinha...não podia ser mais de quatro centímetros [...], aí então o capataz abria as picadas, né, entendeu? Abria as picadas largas pra poder vir com que eles traziam, o raído [...] aí então o capataz vai e abre as picadas. Então ele mais ou menos mede um tanto assim, por exemplo, com outra picadinha e esta aqui é teu, vai e outro, mais encostado no outro é dele, mais pra lá um pouquinho é meu e assim ia indo. **Separava [...] o lugar que você irá cortar, entendeu? Era desse jeito**". (ARRUDA, 1997, p. 80-81).

João Aquino enfatiza o trabalho da família, especialmente o trabalho da mulher que, como o marido, não media esforços na árdua tarefa: "Criança não [trabalhava], agora mulher, também, trabalha, mulher que não tem família (filhos) tem que acompanhar o marido de madrugada, vai quebrar, também, vai sapecar erva primeiro, depois quebrar [...]"[9]. Dessa for-

[7] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB - k72088, p. 6.

[8] Filho de Segismundo Galhardo, administrador e depois habilitado da Companhia (Arruda, 1997, p.66).

[9] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p.7.

ma, distribuir cada trabalhador em talhão (parte), era uma forma de controlar o trabalho do peão. A respeito da presença feminina nos ervais, Aquino afirma que, além auxiliar no trabalho, também, era motivo de desavenças entre índios e paraguaios.

> **É ruim mesmo, o Paraguaio, né**. Por causa da mulher. **Por causa da mulher que o Paraguaio matava índio**, brigava mais do que índio. Porque não gostam do índio esses civilizados, paraguaio, outro, assim, às vezes, **por causa a mulher, pra tomar dele, matava o índio.** [...].[10]

A mulher não-indígena, na fala de Aquino, era mais respeitada do que as mulheres indígenas. "Tem [mulher branca], tinha algumas delas, também, mas, mas esse já é separado, como não pode, no meio do índio. Os que têm mulher já são separados. Não sei por que [...]"[11]. Além do árduo trabalho nos ervais, os índios precisavam administrar, ainda, esses conflitos. Dentro do contexto de perseguição às mulheres, a indígena era a maior vítima, porque, segundo o informante, o homem não-indígena não "tomava" a mulher de outro não-indígena, somente a indígena, fato que, certamente, contribuía para a desestruturação das famílias oriundas de um rompimento no cotidiano familiar, a partir do momento que saíam de sua aldeia.

O relato de João Aquino indica uma relação de extremo desconforto entre índios e paraguaios. Sugere que a convivência foi marcada por conflitos que vão desde o roubo de mulheres à perseguição por conta de dívidas contraídas nos armazéns da companhia.

> [...] **O Paraguai é mais sabido.** O Paraguai fala assim com o índio só pra enganar: "é, índio vou comer essa família que tem". Mas Paraguai "não", por causa isso que talvez brigava, por causa da palavra: "vou tomar mal", xingava dos índios, que os índios não briga com Paraguai. Assim que foi era né.[12]
> **Às vezes ele [o índio] não paga a conta, ele foi, fugia, ia embora, aí o patrão mandava procurar, se achava, matava lá. Assim que Paraguai faz, porque tudo é Paraguai, é cabeçante, tudo é Paraguai**.[13]

Neste trecho da fala de Aquino evidencia-se a reclamação contra o paraguaio por este considerar-se superior ao indígena. Segundo ele, esse

[10] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p.8.

[11] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p.8.

[12] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p.8.

[13] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p.9.

trabalhador está mais inserido no empreendimento porque "é mais sabido", enquanto o indígena ocupava postos de trabalho inferiores. Para ele, os cabeçantes eram paraguaios, ocupavam assim posições superiores no sistema. Provavelmente eles seriam os responsáveis por convencer os índios a envolverem-se com a atividade ervateira.

Percebe-se que o trabalhador paraguaio representava um elemento importante nas relações de trabalho e nas estratégias do empreendimento ervateiro. Foram amplamente usados por aqueles que lucravam com o comércio da erva-mate. O fato de falar o mesmo idioma dos indígenas correspondia a um elo facilitador nas negociações, tendo em vista o acesso ao território indígena e a autorização para a exploração da erva nativa, abundante nesses locais.

Os relatos de Aquino indicam ainda sua percepção de que os indígenas foram enganados ao trocarem a erva-mate por tecidos, embora a troca de produtos, mesmo sem equivalência financeira, pareça ser o grande objetivo em suas relações com a Cia Matte. Mediante as negociações de produtos de interesse dos indígenas, essa não conseguia apenas a autorização para a exploração dos ervais, mas, ainda, que eles próprios cuidassem dos ervais para que nos períodos de corte os mesmos ervateiros pudessem voltar e usufruir a erva.

> **Paraguai encontrava [índio] no mato. Paraguai ia conversar com índio, com cacique**. Achava erva, grande erval que está ali em roda da casa dele. Pedação ali, tem que conversar com capitão. Aí Paraguai ia lá, mas patriciada é burro mesmo. Falava: "não eu não quero, eu não deixo você fazer, tá aqui erva. Essa erva é minha, é". Então o paraguaio é muito sabido né. **Falava: "é, é Deus que deu pra mim aqui esse pedaço", índio falou pra ele. Então o Paraguai: "pois é, é Deus mesmo que mandou procurar você, pra mim falar". índio já acreditava (risos).** Aí que já vai entregar o erval dele. Até que a erva pegou tudo. Mas primeiro é índio, bastante índio, é tem erval grande, grande a aldeia, mas agora não tem mais. **Aí o Capitão falava: "então, se Deus mesmo mandou procurar de mim, você aí, como é que nós vamos fazer". Aí, eu venho, aqui eu trouxe aqui pra você, quer dizer que é pano não, ele vai pagar pra ele. "Então esse Deus também mandou pra você, pra você entregar esse erval, agora eu vou pagar pra você" e deu pano, essas coisas antigamente saia 3, 10 metros cada peça, leva pra capitão. Agora o capitão repartia pra cada um. Então já deu, já enganou o índio.**[14]

[14] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p.9.

O paraguaio valia-se do conhecimento de sua língua e religião para negociar junto aos indígenas uma forma de adentrar nos ervais. A remuneração pelo trabalho com roupas, relatada por João Aquino, foi observada, também, pelo funcionário do SPI, Pimentel Barbosa, e registrado em seu relatório de 1927:

> O systema empregado nas transações entre os patrões hervateiros e índios, no pagamento do preparo da herva e no fornecimento de mercadorias, é absolutamente desonesto. Como fructo e producto de seu trabalho pesadíssimo, apenas sobre o corpo um terno de tecido ordinarissimo do qual faz parte, indefectivelmnete, um lenço de seda de cor vermelha, distinctivo que lhescusta nunca menos de trezentos pesos, ou sejam cincoenta mil reis da nossa moeda. (MONTEIRO, 2002, p.77-80).

Essa era uma prática desonesta bastante comum – os trabalhadores tinham acesso apenas às mercadorias comercializadas dentro dos acampamentos, que eram vendidas nos armazéns por um preço exorbitante, sendo necessário o trabalhador que desejava o acesso aos mantimentos, as compras a prazo. Como o que recebia mensalmente não cobria a dívida, o trabalhador muitas vezes recorria à fuga, geralmente sem sucesso. Segundo o relatório de Pimentel Barboza (1927):

> O índio nesse armazém assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga [...] e se capturado será sua dívida acrescida das despesas da diligência, despesas que lhe serão debitadas à conta de acordo com a generosidade ou malvadez do patrão. (MONTEIRO, 2002, p.79).

O autor Hélio Serejo não detalha em suas obras a participação mais efetiva dos indígenas no trabalho com a erva, mas, em entrevista sobre a existência de participação desses nos ervais, a esclarece afirmativamente. Quanto à forma de pagamento, ele ameniza o relato do funcionário do SPI:

> [...] era o único serviço que eles faziam [cortar lenha], e como cada ranchada ervateira tinha o seu armazém, chamado comissaria. Terminado aquele trabalho, isso não durava mais do que três dias, eles então **entrava na comissaria para escolher, porque dinheiro pra eles não valia nada. [...]. Eles iam escolher aquilo que interessava que agradava aos olhos dele.** Então ele procurava canivete, a faca que era o *kyse*. É o lenço variado que era o *pañuelo,* e tudo que era espécie de doce. Terminado isso eles colocavam do jeito que o administrador mandava a lenha empilhada. Tinha que ter um metro de altura e podia ir 10, 15, 20 metros para ficar fácil de manejar. Porque eles não eram explorados

> não, de posse de todos aqueles objetos, em menos de duas horas eles arrumavam tudo, e pegavam a linha de alguém.[15]

O indígena estabelecia relações de troca, na busca de objetos que lhe interessavam muito. Segundo Aquino, naquele momento, eles não estavam preocupados com as consequências da intensa exploração ervateira em seu território e nem com as condições em que essa exploração se verificava, mas preocupavam-se em obter objetos de seu interesse, que possibilitavam uma aproximação ao modo de vida dos paraguaios, permitindo, sob o olhar indígena, reduzir a discriminação. O interesse por esses bens poderia explicar, também, a preocupação dos Kaiowá e Guarani em "cuidar" dos ervais, prevendo-se o retorno da Companhia e com isso o acesso a mais bens. É o que se deduz do depoimento de Aquino:

> A família, tudo, o índio fica sempre ali, cuidando. Agora, então, saiu aquele patrão não é, falou pro cacique: "você cuida pra nós aqui, quando eu voltar eu trouxe mais pano, alguma coisa, pagar pra vocês (riso), mas dinheiro não". É assim que trabalhava antigamente.[16]

A situação vivenciada pelos Kaiowá e Guarani, decorrente da presença dos prepostos da Cia Mate Larangeira em seu território, favorecia o acesso a objetos e bens desejados por eles. Mas a cessão da erva-mate, abundante em seu território, e a consequente presença de trabalhadores estranhos remete-nos para a análise de Poutignat (1998) sobre a manutenção das fronteiras étnicas.

Ao "remunerar" os indígenas com objetos de uso pessoal, para, em contrapartida, adentrar o seu território e explorar a erva-mate, com a ajuda dos próprios, a empresa aumentava seu rendimento financeiro. Por outro lado, permitiam aos Kaiowá e Guarani, que permaneciam em seu território, o acesso a ferramentas, tecidos e artigos que despertavam seu interesse e que, com o decorrer do tempo, passaram a fazer parte de seu cotidiano. Se a presença dos trabalhadores da Companhia favoreceu o acesso a esses bens, cabe lembrar que, também, criou novas necessidades e novas dependências. Novas e velhas doenças, pouco conhecidas dos Kaiowá e Guarani, se espalharam e exigiram remédios não disponíveis.

Os inúmeros relatos de indígenas e não-indígenas permitem compreender melhor as atitudes e a posição social que os primeiros ocupavam no

[15] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB - k7 1990, p.11.

[16] Entrevista arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB - k7 2092, p.11.

sistema ervateiro. O profundo preconceito que marcou a relação destes e o estudo das estratégias indígenas de inserção no contexto ervateiro permitem compreender o seu "ocultamento" frente aos que escreveram sobre o tema e, inclusive, para os que viveram naquele período, para os quais a presença indígena ficou "invisível" aos olhos. Sobre essa invisibilidade, Brand (1997, p.72) conclui que "a ausência de referências mais consistentes sobre a participação indígena [...] talvez possa ser explicada pelo seu provável ocultamento no meio dos paraguaios, falando a mesma língua e com costumes aparentemente próximos".

Pereira (2002), no relatório de identificação da Terra Indígena Guyraroká, segue na mesma linha de Brand e observa que os Kaiowá, de Guyraroká, aldeia localizada no município de Caarapó, tiveram uma participação ativa na construção da "invisibilidade" étnica de sua comunidade, porque, não ser reconhecido como indígena representava, naquele contexto, a diminuição do preconceito. Portanto, a invisibilidade da ampla presença indígena nos ervais, em algumas regiões, pode ser entendida como uma estratégia indígena de inserção e interação num cenário marcadamente multiétnico, como verificado nos acampamentos de extração de erva.

Mesmo inseridos num contexto de forte dominação e preconceito, verificado no espaço de exploração ervateira, os Kaiowá e Guarani mantiveram seu protagonismo e desenvolveram estratégias próprias, a partir de seus conhecimentos e interesses. Essa inserção, a partir de suas estratégias específicas, permitiu aos Kaiowá e Guarani seguirem imprimindo suas marcas no próprio espaço organizado pelo ocupante não-indígena, no caso, a Companhia Matte Larangeira.

A proximidade linguística e cultural com os trabalhadores paraguaios foi, certamente, um fator relevante que facilitou essa invisibilidade. A pesquisa realizada permite concluir que os Kaiowá e o Guarani utilizaram, amplamente, esse fator, identificando-se, em muitos casos, como paraguaios, incorporando, inclusive, formas de vestir, expressões linguísticas e aspectos comportamentais. É, no entanto, importante lembrar que esse esforço de invisibilidade dos índios, apresentando-se como paraguaios, não diluiu as fronteiras étnicas entre eles e os paraguaios, mas facilitou, certamente, a intensa interação entre os dois segmentos, embora os Kaiowá e Guarani ocupassem o lugar de menor prestígio, essa relação facilitava a satisfação de algumas demandas próprias dos índios naquele momento.

Artigo recebido em 11 de março de 2009.
Aprovado em 20 de abril de 2009.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. p. 195-310. (Coleção Histórica. Coletânea).

_____. *Frutos da terra*. Os trabalhadores da Matte Laranjeira. Londrina: Editora UEL, 1997.

BRAND, A. J. *O confinamento e seu impacto sobre os Paì-Kaiowá* . 1993. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani*: os difíceis caminhos da palavra. 1997. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. "O bom mesmo é ficar sem capitão" o problema da "administração" das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS". In: *TELLUS,* Campo Grande: UCDB, ano 1, n. 1, 2001

BRAND, A.; FERREIRA, E.M.L.; BATISTA, S.B.; AZAMBUJA DE ALMEIDA, F.A.; SIQUEIRA, E.M. *Ação do Serviço de Proteção aos Índios junto aos Kaiowá e Guarani, localizados na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul*. Comunicação Coordenada/ ANPUH, 2004.

BRAND, A.; FERREIRA, E.M.L.; AZAMBUJA DE ALMEIDA, F.A. *Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira*: negociações e conflitos. ANPUH, 2005.

COLMAN, Rosa S. *Território e sustentabilidade* – os Guarani e Kaiowá de Yvy Katu. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande--MS.

CORRÊA, João Gabriel Silveira. A administração dos índios: as diretrizes para o funcionamento dos postos indígenas do SPI. In: *Gestar e gerir*: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ NuAP-UFRJ, 2002.

CORRÊA, Valmir Batista. *Fronteira Oeste*. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

CORREA FILHO, Virgílio. *A sombra dos Hervaes Matogrossenses*. São Paulo: Editora São Paulo, 1925.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. *A participação dos índios Kaiowa e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indigenismo e a República*. São Paulo: Hucitec, 1989.

GOMES, Otávio Gonçalves. Dom Thomaz. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. (Série Histórica. Coletânea, p. 387-443).

GUILLEN, Isabel Cristina. *O imaginário do Sertão*.Lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Laranjeira (Mato Grosso: 1890-1945). 1991. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas.

JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate:o outro lado* - a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados-MS.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil:* Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: Editora UNICAMP, 1985.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜMBERG, Georg; GRÜMBERG, Friedl. *Los Pa)-Tavyterã-Etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Centro de Estudios Antropologicos, Universidad Católica "N.S. de la Asunción", 1976.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. *Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwá.* Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2003.

PEREIRA, Levi M. *Relatório de identificação da terra indígena Guyra Roká*, Município de Caarapó, Mato Grosso do Sul. Brasília: Documentação FUNAI, mimeo, 2002.

_____. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. In: *Tellus,* Campo Grande, ano 3, n. 4, p. 137-145, 2003.

PERES, Sidnei. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67) In: *A viagem de volta*: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

POUTIGNAT, Philippe *Teorias da etnicidade*: seguido de grupos étnicos e suas fronteira de Fredrik Barth/Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimo. *Vias de comunicação e articulação econômicas do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. Notas para discussão, mímeo, 2004.

RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*.. São Paulo: Editora do Escritor, 1985.

SEREJO, Hélio. Caraí. In:*Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986 (Série Histórica. Coletânea).

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEINGARTNER, Alisolete A. dos Santos. *Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 2002.

RELATÓRIOS

01 - Relatório de 1923 do auxiliar Genésio Pimentel Barboza, encaminhado ao inspetor Antônio Martins Viana Estigarribia.